

Sumário

Agradecimentos	7	
Nota do Autor	9	
Resenha Crítica Internacional	13	
Prefácio - Ministro Gilmar Ferreira Mendes	17	
Apresentação - Francisco Balaguer Callejón	21	
Lista de Abreviaturas e Siglas	27	
Introdução	41	
I - Descobrimo o novo: para onde ir?.....	41	
II - O paradoxo da modernidade	43	
III - As "janelas de oportunidade"	47	
 Parte I – O Diálogo Judicial e o Espaço Jurídico Global		
 Capítulo 1: Globalização, Constitucionalismo e Diálogo Judicial Internacional		55
1.1 A lógica do mercado na sociedade contemporânea.....	55	
1.2 A crise de identidade e a desmonopolização do poder estatal.....	61	
1.3 A transformação do espaço público na sociedade complexa	67	
1.4 O trilema político da economia mundial: entre a resistência e a flexibilização no espaço democrático.....	74	
1.5 Regramentos globais e a fragmentação de objetos normativos	79	
1.6 A democracia pluralista no contexto de crise	84	
1.7 A instabilidade multinível e a compressão dos direitos fundamentais	91	

1.8 A projeção global do direito constitucional	99
1.9 Descobrimo a outra face do cosmopolitismo.....	103
1.10 Construindo uma visão emancipatória aos problemas complexos..	108
1.11 Diminuindo as fronteiras da comunicação jurídica entre Cortes....	113
1.12 Por um significado ao diálogo judicial internacional	118
1.12.1 O que não é diálogo judicial internacional? Delimitando o ponto de partida	119
1.12.2 O que é diálogo judicial internacional em sentido amplo? Restringindo o campo de atuação.....	123
1.12.3 O que é diálogo judicial internacional em sentido estrito? Fixando o objeto de estudo	127
1.13 O diálogo judicial internacional entre Cortes Constitucionais	128
1.14 Diferenças do diálogo judicial entre Cortes Constitucionais e supranacionais	136
1.15 O significado de precedente judicial para o diálogo entre Cortes Constitucionais	145
1.16 Notas conclusivas.....	151

Parte II – O Diálogo Judicial Internacional em Sentido Estrito

Capítulo 2: Estruturação e Metodologia do Diálogo Judicial entre Cortes Constitucionais	155
2.1 Conceito do diálogo judicial.....	155
2.1.1 Concepção formal.....	157
2.1.2 Concepção procedimental.....	158

2.1.3	Concepção material.....	159
2.1.4	Concepção estrutural.....	160
2.2	Condições para realização do diálogo judicial	160
2.2.1	Voluntariedade na análise da decisão internacional	161
2.2.2	Identificação da fonte estrangeira.....	162
2.2.3	Homogeneidade de conteúdo temático.....	164
2.2.4	Adoção de um procedimento específico.....	166
2.2.5	Execução do procedimento dentro do processo judicial.....	167
2.3	Características do diálogo judicial	169
2.3.1	Horizontalidade.....	170
2.3.2	Intencionalidade.....	172
2.3.3	Dinamicidade.....	174
2.3.4	Institucionalidade.....	176
2.3.5	Pluralidade	178
2.3.6	Conformidade.....	179
2.3.7	Procedimentalidade	181
2.4	Categorias do diálogo judicial.....	183
2.4.1	Categorias regulares do diálogo judicial	184
2.4.1.1	Quanto ao grau de relacionamento comunicativo: diálogo direto, diálogo indireto e diálogo difuso.....	184
2.4.1.2	Quanto à maneira de legitimação: diálogo universal, diálogo genealógico e diálogo propriamente dito	186
2.4.1.3	Quanto ao órgão de julgamento: diálogo leve, diálogo moderado e diálogo forte.....	187

2.4.1.4 Quanto à quantidade de tribunais envolvidos: diálogo unitário, diálogo binário e diálogos múltiplos	189
2.4.1.5 Quanto à quantidade de argumentos dialogados: diálogo total e diálogo parcial.....	189
2.4.1.6 Quanto ao efeito integrador da decisão dialogada: diálogo substitutivo e diálogo complementar.....	190
2.4.1.7 Quanto ao efeito irradiador da decisão dialogada: diálogo prospectivo e diálogo retrospectivo	191
2.4.2 Categorias especiais do diálogo judicial.....	192
2.4.2.1 Monólogo ou diálogo indireto?.....	192
2.4.2.2 Um possível diálogo judicial <i>on-line</i> ?	196
2.4.3 A visão americana e os “quase-diálogos”	198
2.4.3.1 O suposto diálogo silencioso	198
2.4.3.2 O hipotético diálogo com o “não-diálogo”	201
2.5 Natureza jurídica da decisão dialogada e a “retrofertilização”	204
2.6 Limites do diálogo judicial e o <i>feedback</i> constitucional	212
2.7 Objetos do diálogo judicial: qual a sua proposta?.....	216
2.8 Hipóteses do diálogo judicial: quando ocorrem?	219
2.8.1 Hipóteses gerais	221
2.8.2 Hipóteses específicas.....	224
2.9 Finalidades do diálogo judicial: para que servem?.....	226
2.9.1 Finalidades jurídicas.....	227
2.9.2 Finalidades normativas.....	230
2.9.3 Finalidades políticas.....	234

2.9.4 Finalidades sociais.....	240
2.9.5 Finalidades econômicas.....	244
2.9.6 Finalidades institucionais.....	248
2.9.7 Finalidades culturais.....	253
2.9.8 Finalidades éticas e morais.....	256
2.9.9 Finalidades metodológicas.....	262
2.9.10 Finalidades interpretativas.....	266
2.10 A regulação da discricionariedade da Corte e o diálogo judicial.....	272
2.10.1 Identificação dos princípios constitucionais.....	273
2.10.2 Delimitação do alcance dos princípios constitucionais.....	275
2.10.3 Integração e explicação da norma constitucional.....	278
2.10.4 Desestímulo à prática do <i>cherry picking</i>	281
2.10.5 Limites à experiência do <i>nose counting</i>	285
2.10.6 Risco da <i>constitutional bricolage</i>	289
2.11 Desmistificando o diálogo judicial.....	293
2.11.1 A querela da colonização do direito estrangeiro.....	294
2.11.2 O controverso raciocínio da jurisdição sem contexto.....	297
2.11.3 O discutido “fetiche” e a controvertida imprecisão semântica.....	299
2.12 Notas conclusivas.....	303
Capítulo 3: Pressupostos e Fundamentação do	
Diálogo Judicial entre Cortes Constitucionais.....	307
3.1 Constitucionalismo: um processo dinâmico.....	308
3.1.1 O direito constitucionalizando o poder.....	309

3.1.2 O poder transconstitucionalizando o direito	313
3.1.3 Um olhar reflexivo sobre o poder	319
3.1.4 O espaço das verdades transitórias.....	323
3.2 Hermenêutica constitucional: de instrutora à construtora da Corte....	327
3.2.1 O processo de abertura constitucional.....	329
3.2.2 Decisão jurídica estruturante: do programa ao âmbito normativo	332
3.2.3 Força normativa: uma questão de vontade constitucional.....	335
3.2.4 Tópica: argumentação jurídica para os paradoxos	337
3.2.5 Criação do direito e diálogo judicial: a interpretação dos paradoxos.....	338
3.2.6 O diálogo judicial como diálogo hermenêutico	345
3.3 Contramajoritariedade: o pêndulo de Foucault na jurisdição constitucional.....	349
3.3.1 Suprema Corte: entre a ficção e a fixação jurídica e política	350
3.3.2 Governabilidade constitucional cooperada	356
3.3.3 O Tribunal Constitucional no corte e recorte de políticas públicas.....	364
3.3.4 <i>Judicial review</i> e “dificuldade contramajoritária”	378
3.3.5 Motivação das decisões: a função restringente do diálogo.....	389
3.3.6 A natural legitimidade do tribunal contramajoritário	393
3.4 A improvável Constituição global: uma realidade ainda feliz.....	407
3.4.1 Multiculturalismo: várias identidades, várias respostas.....	410
3.4.2 Pluralismo: o consenso do diálogo e o diálogo do consenso.....	415

3.4.3 Das identidades democráticas aos diálogos contextualizados.....	418
3.5 Notas conclusivas	423
Capítulo 4: Implementação e Aplicação do	
Diálogo Judicial entre Cortes Constitucionais	427
4.1 Proposição dos diálogos judiciais: sistematização ou teorização?.....	427
4.2 Procedimentalizando o diálogo judicial: como ele deve ser feito?.....	429
4.3 O processo do dialogismo judicial.....	432
4.3.1 Considerações gerais	432
4.3.2 Conceito e características	434
4.3.3 Fases do procedimento	438
4.3.3.1 Fase da identificação	438
4.3.3.2 Fase da correlação	442
4.3.3.3 Fase da aplicação.....	448
4.3.3.4 Fase do desenvolvimento	452
4.3.4 Graus do procedimento	462
4.3.4.1 Nível imaginário (diálogo em perspectiva)	462
4.3.4.2 Nível comparado (pré-diálogo ou diálogo transitivo)	466
4.3.4.3 Nível recepcionado (diálogo incompleto).....	473
4.3.4.4 Nível interpretado (diálogo completo)	477
4.4 A dinâmica do dialogismo judicial: relacionando as suas fases.....	482
4.4.1 Da impossibilidade das progressões <i>per saltum</i> e <i>sine ordine</i>	482
4.4.2 O efeito <i>jump</i> e os diálogos incompletos.....	486
4.4.2.1 Os diálogos incompletos: provocado e espontâneo.....	489

4.4.2.1.1 Os diálogos incompletos provocados: anômalo, acidental e casual	492
4.4.2.1.1.1 Os diálogos incompletos provocados casuais: positivo e negativo.....	502
4.4.2.1.2 O diálogo incompleto espontâneo	504
4.4.2.2 O diálogo inexistente.....	505
4.4.2.2.1 Os diálogos inexistentes: comum e extraordinário.....	506
4.4.2.2.2 O diálogo inexistente comum e o diálogo incompleto espontâneo	508
4.4.2.2.3 O diálogo inexistente extraordinário, a “liberação constitucional” e o “efeito transcendental da decisão internacional”	511
4.4.2.3 O diálogo impossível.....	515
4.4.2.3.1 O diálogo impossível e o diálogo inexistente	516
4.4.3 A completude dialógica e as regularidades formal e material	519
4.4.4 O efeito <i>jumble</i> e os diálogos completos.....	521
4.4.4.1 Os diálogos completos: diretamente convergente, indiretamente convergente, diretamente divergente e indiretamente divergente.....	524
4.4.5 O ciclo dialógico e as incompletudes: simples e qualificada	528
4.4.5.1 A incompletude qualificada e o diálogo impróprio	532
4.5 Diagnóstico constitucional do processo do dialogismo judicial.....	537
4.5.1 O diálogo inexistente como perspectiva de direito comparado...	537
4.5.2 Os diálogos incompletos como recepção do direito comparado.....	539
4.5.3 Os diálogos completos e os arranjos constitucionais	542

4.5.3.1 Os diálogos completos diretamente e indiretamente divergentes como inadaptação do direito comparado.....	542
4.5.3.2 O diálogo completo indiretamente convergente como complemento da norma dialogada e a “fuga constitucional”.....	544
4.5.3.3 O diálogo completo diretamente convergente como criação do direito	548
4.6 Notas conclusivas	553
Considerações Finais.....	557
I - O novo não é novidade.....	557
II - A modernidade é dialógica.....	560
III - A história continua	570
Posfácio - Georges Abboud	573
Referências Bibliográficas.....	575